

28 SET 1990

Suplementação orçamentária será votada no próximo dia 9

O GLOBO
BRASÍLIA — O Presidente do Congresso Nacional em exercício, Senador Mendes Canalle (PSDB-MS), passou o dia expedindo telegramas para todos os deputados e senadores, que se encontram em seus Estados de origem — trabalhando em suas campanhas eleitorais — convocando-os a comparecer ao Legislativo no próximo dia 9, para votar com urgência o projeto de suplementação orçamentária, no valor de Cr\$ 2,5 bilhões, necessários para a manutenção das despesas do Executivo, Legislativo e Judiciário. Mendes Canalle atendeu a apelo do Presidente da República em exercício, Itamar Franco.

O Líder do PMDB na Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro (RS), já assegurou a sua presença no dia 9, para ajudar na convocação dos parlamentares para um esforço concentrado, que incluiria a votação de outras matérias importantes que deixaram de ser votadas antes do recesso branco. Ibsen também pretende nomear os relatores para as comissões mistas que precisam ser formadas para avaliação de várias Medidas Provisórias editadas nos últimos dias, entre elas a MP 230, que libera um crédito suplementar de Cr\$ 20 bilhões para cobertura do rombo deixado por quatro bancos estaduais liquidados extrajudicialmente pelo Banco Central.

Já o Líder do PSDB, Deputado Euclides Scalco (PR), disse ontem que ainda não havia sido convocado para o esforço concentrado. Em sua avaliação, os parlamentares retornarão a Brasília antes do dia 15.

— Todos deverão ficar em seus Estados pelo menos até a divulgação dos resultados oficiais do primeiro turno das eleições de 3 de outubro — afirmou Scalco.

O Legislativo já está enfrentando dificuldades com a não liberação da suplementação orçamentária. A falta de pagamento de diversos serviços já tornou precário o funcionamento da Câmara. A Empresa de Correios e Telégrafos cortou o crédito desde quarta-feira, os telefones de 150 parlamentares que ultrapassaram suas cotas de ligações foram cortados e os parlamentares não receberão mais passagens aéreas — terão que arcar com o custo do transporte para retornarem a Brasília.